



Ministério da  
Fazenda



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO  
(COMPRAS)**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL  
PREGÃO Nº 12/2023  
(Processo Administrativo n.º 13075.041451/2023-70)**

**1 DO OBJETO**

*1.1 Aquisição de materiais de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:*

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Envelope, material papel kraft, gramatura 80, tipo saco comum, comprimento 324, cor parda, largura 229, características adicionais com impresso: serviço público federal, cor impressão preta.	467023	Unidade	15.000	R\$ 0,61	R\$ 9.150,00
2	Envelope com timbre papel KRAFT na cor pardo 75 g/m2 229x162, características adicionais Com brasão centralizado e impressão serviço público federal, cor impressão preta.	459332	Unidade	23.000	R\$ 0,55	R\$ 12.650,00
3	Envelope ofício papel branco 75 G/M2 – bolsa medindo 114x229 mm cor branca – com timbre – Serviço Público Federal.	463528	Unidade	6.500	R\$ 0,35	R\$ 2.275,00
4	Fita adesiva, material papel, tipo gomada, largura 50 mm, comprimento 50 m.	351728	Unidade	150	R\$ 19,00	R\$ 2.850,00
5	Fita Dupla Face, comprimento 2m, largura 12mm, espessura total 1,0mm, modelo fixa forte.	320983	Unidade	40	R\$ 17,36	R\$ 694,40
6	Pasta arquivo, papelão prensado, registradora AZ, dimensões aproximadas de 280X 350 X 45mm, preta, com ferragem tipo alavanca com dois furos, dorso estreito.	283323	Unidade	100	R\$ 16,79	R\$ 1.679,00
7	Pasta arquivo, registradora AZ, dimensões aproximadas de 290 X 345 X 75mm, com ferragem niquelada de alavanca precisão, com dois furos, com visor, dorso largo.	284997	Unidade	100	R\$ 18,09	R\$ 1.809,00
8	Calculadora de mesa, alimentação celular solar / bateria, visor LCD com 12 dígitos.	394691	Unidade	20	R\$ 21,87	R\$ 437,40
9	Guardanapo, em papel 20g/m2, 100% celulose virgem, folha dupla, cor branca, formato mínimo 23,5cm x 23,5 cm, quantidade de 50 folhas por pacote.	224569	Pacote	230	R\$ 4,64	R\$ 1.067,20
10	Toalhas de papel, material celulose, tipo folha 3 dobras. Medida aproximada de 20 x 23 cm Pacote com 1.000 folhas	338004	Pacote	200	R\$ 23,52	R\$ 4.704,00
11	Estilete de segurança com	601741	Unidade	60	R\$ 66,31	R\$ 3.978,60



Ministério da  
Fazenda



	corte tipo bico de pato (BP 25 ou similar) fabricado em termoplástico, atóxico, proteção antimicrobiana e aditivo magnético. Empunhadura ergonômica com estrutura reforçada. Lingueta integrada para corte de fitas adesivas e lâmina em aço inox retangular aguda.					
12	Fita isolante, preta, material pvc, comprimento 5m, largura 19mm.	267584	Unidade	45	R\$ 3,64	R\$ 163,80
13	Rastelo plástico para jardim.	450643	Unidade	2	R\$ 24,45	R\$ 48,90
14	Mangueira para jardim, ar-livre, reforçada, trançada com nylon, flexível, PVC ¾ POL, espessura 2 mm. Largura da vazão de água 2 cm.	229193	Metros	200	R\$ 7,65	R\$ 1.530,00
15	Aspersor para jardim rotativo, aço ou alumínio zincado.	234944	Unidade	5	158,55	792,75
16	Torneira para jardim, material metal, Diâmetro ¾ POL, com adaptador para mangueira ½ POL.	249828	Unidade	10	R\$ 33,05	R\$ 330,50
17	Torneira para banheiro de metal, com temporizador, diâmetro: ½ POL, aplicação: pia.	429871	Unidade	10	R\$ 71,12	R\$ 711,20
18	Tampa para vaso sanitário universal, acolchoada, cor branca.	396476	Unidade	12	R\$ 52,15	R\$ 625,80
19	Kit para caixa acoplada universal, com botão de descarga na tampa superior da caixa.	483893	Unidade	10	R\$ 98,35	R\$ 983,50
20	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: superior; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade: mínimo 24 meses. A marca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 6 e no máximo de 7,3 pontos na escala sensorial do café.	463581	Pacote 250g	6640	R\$ 8,97	R\$ 59.560,80
21	Açúcar Cristal, com no mínimo 24 meses de validade.	463988	Kg	3440	R\$ 4,22	R\$ 14.516,80
22	Copo descartável, material polipropileno (PP), capacidade 180ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação água/suco e refrigerante.	351876	Cento	7200	R\$ 5,14	R\$ 37.008,00
23	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 50ml, ABNT/NBR 14.865; Branco/creme; aplicação café.	377254	Cento	240	R\$ 2,79	R\$ 669,60



Ministério da  
Fazenda



24	COPO DE VIDRO PARA ÁGUA ESTILO LONG DRINK: Produzido em vidro de alta qualidade; copo estilo Long Drink com capacidade de 300ml; diâmetro da base de 6cm a 7cm.	393858	Unidade	84	R\$ 5,95	R\$ 499,80
25	PORTA COPO EM INOX: Material: em Aço inox Polido; Diâmetro mínimo da borda interna (apoio do copo): 7,5cm; Diâmetro mínimo da borda externa: 11,0cm; espessura mínimo 0,5mm.	294606	Unidade	24	R\$ 10,98	R\$ 263,52
26	Suporte para copo, material plástico, capacidade 100 copos, componentes: base dispensador/bocal saída/cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo/alavanca acionamento/caixa 24, 5, aplicação copo descartável plástico 200 ml, dimensão 50 x 19 x 16 cm, Cor branca.	355929	Unidade	10	R\$ 57,44	R\$ 574,40
27	Jarra de vidro, 1,5 L, com alça, sem tampa.	240390	Unidade	15	R\$ 28,60	R\$ 429,00
28	JARRA EM ACRÍLICO COM TAMPA: Jarra em acrílico; tampa em acrílico; capacidade 2 litros; alça em acrílico; liso; transparente; bico em funil.	330953	Unidade	15	R\$ 28,56	R\$ 428,40
29	JARRA DE PLÁSTICO COM TAMPA: Jarra em plástico resistente; tampa em plástico; capacidade 2 litros; alça em plástico; liso; transparente; bico em funil.	315623	Unidade	10	R\$ 14,17	R\$ 141,70
30	Garrafa Térmica de pressão, capacidade de 1,8L, em aço inoxidável, acabamento em plástico.	334033	Unidade	41	R\$ 104,38	R\$ 4.279,58
31	Capacho, material fibra vinil, formato retangular, medida aproximada de 0,60 x 0,90m, nas cores preta ou azul escuro.	244731	Unidade	30	R\$ 105,56	R\$ 3.166,80
32	Álcool etílico, apresentação em gel, sem perfume, para assepsia a seco e desinfecção instantânea da pele. Certificado de Aprovação (CA), e Cadastro na Anvisa. Frasco com 500ml.	269943	Frasco 500 ml	1220	R\$ 6,33	R\$ 7.722,60
33	Álcool etílico, líquido, hidratado a 70%. Frasco de 1L.	269941	Litro	540	R\$ 7,42	R\$ 4.006,80
34	Lâmpada fluorescente compacta 25w, tensão 110/220 V	446011	Unidade	40	R\$ 16,16	R\$ 646,40
35	Papel bobinado para impressora térmica tamanho 57mmx22m.	299652	Rolo	60	R\$ 2,61	R\$ 156,60
36	Papel bobinado para impressora térmica, tamanho 80mmX40m.	246811	Rolo	380	R\$ 7,63	R\$ 2.899,40
37	Rolo bobina de senha comum vermelha com 03 dígitos (2.000 senhas).	296409	Rolo	30	R\$ 23,72	R\$ 711,60
38	Rolo bobina de senha comum branca com 03 dígitos (2.000 senhas).	402838	Rolo	120	R\$ 15,98	R\$ 1.917,60
39	Flanela 40 X 60cm, na cor	300142	Unidade	20	R\$ 2,51	R\$ 50,20



Ministério da  
Fazenda



	laranja.					
40	Sabão em barra, composição básica: glicerinado, neutro ou limão, 1ª qualidade; unidade: caixa com 10 pacotes de sabão em barra, cada pacote com 5 unidades de 200g	298406	Caixa	50	R\$ 100,65	R\$ 5.032,50
41	CADEADO 30MM:Cadeado linha tradicional 30 mm; Corpo em latão maciço com haste em aço; materiais empregados: Aço inox e materiais não ferrosos; acompanha 02 chaves em latão.	298376	Unidade	20	R\$ 16,14	R\$ 322,80
42	CADEADO 50MM:Cadeado linha tradicional 50 mm; Corpo em latão maciço com haste em aço; materiais empregados: Aço inox e materiais não ferrosos; acompanha 02 chaves em latão	298374	Unidade	35	R\$ 33,79	R\$ 1.182,65
43	GARRAFÃO PARA ÁGUA MINERAL. Garrafão para água mineral: capacidade de 20 litros; material: garrações em Polipropileno (PP), Policarbonato (PC) e Polietileno Tereftalato (PET); vazio; transparente; retornável; de acordo com a NBR 14222/14328.	229112	Unidade	440	R\$ 28,30	R\$ 12.452,00
44	Extensão de 10m X 4mm, com 05 tomadas tipo régua, 220V de tensão, saída igual a tensão de entrada.	601752	Unidade	30	R\$ 73,41	R\$ 2.202,30
45	Filtro de linha, 110/220 V, 1.500 W, 10 A, 6 tomadas com 3 pinos tipo fêmea com aterramento, com chave ON/OFF, fusíveis e LED indicador, de no mínimo 5 metros.	449693	Unidade	30	R\$ 82,61	R\$ 2.478,30
TOTAL						R\$ 209.801,20

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL – SRRF03 – UASG 170040				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	LOCAL DE ENTREGA
1	Envelope, material papel kraft, gramatura 80, tipo saco comum, comprimento 324, cor parda, largura 229, características adicionais com impresso: serviço público federal, cor impressão preta.	Unidade	15.000	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
2	Envelope com timbre papel KRAFT na cor pardo 75 g/m2 229x162, características adicionais Com brasão centralizado e impressão serviço público federal, cor impressão preta.	Unidade	23.000	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
3	Envelope ofício papel branco 75 G/M2 – bolsa medindo 114x229 mm cor branca – com timbre – Serviço Público Federal.	Unidade	6.000	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
4	Fita adesiva, material papel, tipo gomada, largura 50 mm, comprimento 50 m.	Unidade	100	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE



Ministério da  
Fazenda



Receita Federal

				– Fortaleza/CE
5	Fita Dupla Face, comprimento 2m, largura 12mm, espessura total 1,0mm, modelo fixa forte.	Unidade	20	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
8	Calculadora de mesa, alimentação celular solar / bateria, visor LCD com 12 dígitos.	Unidade	20	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
9	Guardanapo, em papel 20g/ m2, 100% celulose virgem, folha dupla, cor branca, formato mínimo 23,5cm x 23,5 cm, quantidade de 50 folhas por pacote.	Pacote	200	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
10	Toalhas de papel, material celulose, tipo folha 3 dobras. Medida aproximada de 20 x 23 cm Pacote com 1.000 folhas	Pacote	200	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
11	Estilete de segurança com corte tipo bico de pato (BP 25 ou similar) fabricado em termoplástico, atóxico, proteção antimicrobiana e aditivo magnético. Empunhadura ergonômica com estrutura reforçada. Lingueta integrada para corte de fitas adesivas e lâmina em aço inox retangular aguda.	Unidade	60	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
12	Fita isolante, preta, material pvc, comprimento 5m, largura 19mm.	Unidade	30	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
13	Rastelo plástico para jardim.	Unidade	2	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
14	Mangueira para jardim, ar-livre, reforçada, trançada com nylon, flexível, PVC ¾ POL, espessura 2 mm. Largura da vazão de água 2 cm.	Metro	200	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
15	Aspersor para jardim rotativo, aço ou alumínio zincado.	Unidade	5	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
16	Torneira para jardim, material metal, Diâmetro ¾ POL, com adaptador para mangueira ½ POL.	Unidade	10	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
17	Torneira para banheiro de metal, com temporizador, diâmetro: ½ POL, aplicação: pia.	Unidade	10	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
18	Tampa para vaso sanitário universal, acolchoada, cor branca.	Unidade	12	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
19	Kit para caixa acoplada universal, com botão de descarga na tampa superior da caixa.	Unidade	10	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430



Ministério da  
Fazenda



				Juazeiro do Norte/CE
20	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: superior; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade: mínimo 24 meses. A maca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 6 e no máximo de 7,3 pontos na escala sensorial do café.	Pacote 250g	800	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
			100	ARF/SOB - Av. Eurípedes Ferreira Gomes, 720, Bairro Pedrinhas. Sobral/CE. CEP 62040-750
			480	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
21	Açúcar Cristal, com no mínimo 24 meses de validade.	Kg	800	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
			100	ARF/SOB - Av. Eurípedes Ferreira Gomes, 720, Bairro Pedrinhas. Sobral/CE. CEP 62040-750
			240	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
22	Copo descartável, material polipropileno (PP), capacidade 180ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação água/suco e refrigerante.	Cento	500	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
			100	ARF/SOB - Av. Eurípedes Ferreira Gomes, 720, Bairro Pedrinhas. Sobral/CE. CEP 62040-750
23	Copo descartável, material polipropileno, capacidade 50ml, ABNT/NBR 14.865; Branco/creme; aplicação café.	Cento	200	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
			40	ARF/SOB - Av. Eurípedes Ferreira Gomes, 720, Bairro Pedrinhas. Sobral/CE. CEP 62040-750
24	COPO DE VIDRO PARA ÁGUA ESTILO LONG DRINK: Produzido em vidro de alta qualidade; copo estilo Long Drink com capacidade de 300ml; diâmetro da base de 6cm a 7cm.	Unidade	60	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
27	Jarra de vidro, 1,5 L, com alça, sem tampa.	Unidade	10	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
30	Garrafa Térmica de pressão, capacidade de 1,8L, em aço inoxidável, acabamento em plástico.	Unidade	30	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
31	Capacho, material fibra vinil, formato retangular.	Unidade	30	SRRF03 - Rua Barão de





Ministério da  
Fazenda



	medida aproximada de 0,60 x 0,90m, nas cores preta ou azul escuro.			Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
32	Álcool etílico, apresentação em gel, sem perfume, para assepsia a seco e desinfecção instantânea da pele. Certificado de Aprovação (CA), e Cadastro na Anvisa. Frasco com 500ml.	Frasco 500 ml	1000	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
			150	ARF/SOB - Av. Eurípedes Ferreira Gomes, 720, Bairro Pedrinhas. Sobral/CE. CEP 62040-750
			40	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE
33	Álcool etílico, líquido, hidratado a 70%. Frasco de 1L.	Litro	500	SRRF03 - Rua Barão de Aracati, 909, Aldeota, 4º andar – CEP 60.115-901 – Fortaleza/CE
			10	DRF/JNE - Rua José Andrade de Lavor, Nº 2001 - Santa Tereza – CEP 63.050-430 – Juazeiro do Norte/CE

**Órgão Participante: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA – UASG 170035**

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	LOCAL DE ENTREGA
5	Fita Dupla Face, comprimento 2m, largura 12mm, espessura total 1,0mm, modelo fixa forte.	Unidade	10	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
20	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: superior; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade: mínimo 24 meses. A marca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 6 e no máximo de 7,3 pontos na escala sensorial do café.	Pacote 250g	2400	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
22	Copo descartável, material polipropileno (PP), capacidade 180ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação água/suco e refrigerante.	Cento	2500	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
24	COPO DE VIDRO PARA ÁGUA ESTILO LONG DRINK: Produzido em vidro de alta qualidade; copo estilo Long Drink com capacidade de 300ml; diâmetro da base de 6cm a 7cm.	Unidade	24	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI



Ministério da  
Fazenda



25	PORTA COPO EM INOX: Material: em Aço inox Polido; Diâmetro mínimo da borda interna (apoio do copo): 7,5cm; Diâmetro mínimo da borda externa: 11,0cm; espessura mínimo 0,5mm.	Unidade	24	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
28	JARRA EM ACRÍLICO COM TAMPA: Jarra em acrílico; tampa em acrílico; capacidade 2 litros; alça em acrílico; liso; transparente; bico em funil.	Unidade	10	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
29	JARRA DE PLÁSTICO COM TAMPA: Jarra em plástico resistente; tampa em plástico; capacidade 2 litros; alça em plástico; liso; transparente; bico em funil.	Unidade	10	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
30	Garrafa Térmica de pressão, capacidade de 1,8L, em aço inoxidável, acabamento em plástico.	Unidade	6	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
40	Sabão em barra, composição básica: glicerinado, neutro ou limão, 1ª qualidade; unidade: caixa com 10 pacotes de sabão em barra, cada pacote com 5 unidades de 200g	Caixa 50 unidades	50	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
41	CADEADO 30MM: Cadeado linha tradicional 30 mm; Corpo em latão maciço com haste em aço; materiais empregados: Aço inox e materiais não ferrosos; acompanha 02 chaves em latão.	Unidade	10	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
42	CADEADO 50MM: Cadeado linha tradicional 50 mm; Corpo em latão maciço com haste em aço; materiais empregados: Aço inox e materiais não ferrosos; acompanha 02 chaves em latão	Unidade	20	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI
43	GARRAFÃO PARA ÁGUA MINERAL. Garrafão para água mineral: capacidade de 20 litros; material: garrafões em Polipropileno (PP), Policarbonato (PC) e Polietileno Tereftalato (PET); vazio; transparente; retornável; de acordo com a NBR 14222/14328.	Unidade	250	DRF/TSA - Rua Marechal Deodoro, S/N, Ed. Ministério da Fazenda, Centro – CEP 64.000-090 – Teresina/PI

**Órgão Participante: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís – DRF/SLS – UASG 170028**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	LOCAL DE ENTREGA
3	Envelope ofício papel branco 75 G/M2 – bolsa medindo 114x229 mm cor branca – com timbre – Serviço Público Federal.	Unidade	500	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
4	Fita adesiva, material papel, tipo gomada, largura 50 mm, comprimento 50 m.	Unidade	50	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA





Ministério da  
Fazenda



5	Fita Dupla Face, comprimento 2m, largura 12mm, espessura total 1,0mm, modelo fixa forte.	Unidade	10	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
6	Pasta arquivo, papelão prensado, registradora AZ, dimensões aproximadas de 280X 350 X 45mm, preta, com ferragem tipo alavanca com dois furos, dorso estreito.	Unidade	100	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
7	Pasta arquivo, registradora AZ, dimensões aproximadas de 290 X 345 X 75mm, com ferragem niquelada de alavanca precisão, com dois furos, com visor, dorso largo.	Unidade	100	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
9	Guardanapo, em papel 20g/ m2, 100% celulose virgem, folha dupla, cor branca, formato mínimo 23,5cm x 23,5 cm, quantidade de 50 folhas por pacote.	Pacote	30	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
12	Fita isolante, preta, material pvc, comprimento 5m, largura 19mm.	Unidade	15	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
20	Café - apresentação: torrado e moído; intensidade: média; tipo: superior; empacotamento: a vácuo em pacotes de 250g; características: 100% arábico ou 20% conillon; validade: mínimo 24 meses. A marca deve possuir selo de pureza da Associação Brasileira de Café (ABIC) estampado no pacote e o fabricante do café certificado pela ABIC ou ter laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com Nota de Qualidade Global (NQG) numérica de no mínimo 6 e no máximo de 7,3 pontos na escala sensorial do café.	Pacote 250g	2500	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			360	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
21	Açúcar Cristal, com no mínimo 24 meses de validade.	Kg	1940	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			360	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
22	Copo descartável, material polipropileno (PP), capacidade 180ml, ABNT/NBR 14.865; Branco; aplicação água/suco e refrigerante.	Cento	3600	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			500	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
26	Suporte para copo, material plástico, capacidade 100 copos, componentes: base dispensador/bocal saída/cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo/alavanca acionamento/caixa 24, 5, aplicação copo descartável plástico 200 ml, dimensão 50 x 19 x 16 cm, Cor branca.	Unidade	10	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
27	Jarra de vidro, 1,5 L, com alça, sem tampa.	Unidade	5	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro –



Ministério da  
Fazenda



				CEP 65.020-902 – São Luís/MA
28	JARRA EM ACRÍLICO COM TAMPA: Jarra em acrílico; tampa em acrílico; capacidade 2 litros; alça em acrílico; liso; transparente; bico em funil.	Unidade	5	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
30	Garrafa Térmica de pressão, capacidade de 1,8L, em aço inoxidável, acabamento em plástico.	Unidade	5	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
32	Álcool etílico, apresentação em gel, sem perfume, para assepsia a seco e desinfecção instantânea da pele. Certificado de Aprovação (CA), e Cadastro na Anvisa. Frasco com 500ml.	Frasco 500 ml	30	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
33	Álcool etílico, líquido, hidratado a 70%. Frasco de 1L.	Litro	30	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
34	Lâmpada fluorescente compacta 25w, tensão 110/220 V	Unidade	40	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
35	Papel bobinado para impressora térmica tamanho 57mmx22m.	Rolo	60	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
36	Papel bobinado para impressora térmica, tamanho 80mmX40m.	Rolo	300	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
			80	ARF/IMP - Rua Rui Barbosa, 302, Centro – CEP 65900-440 – Imperatriz Maranhão
37	Rolo bobina de senha comum vermelha com 03 dígitos (2.000 senhas).	Rolo	30	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
38	Rolo bobina de senha comum branca com 03 dígitos (2.000 senhas).	Rolo	120	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
39	Flanela 40 X 60cm, na cor laranja.	Unidade	20	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
41	CADEADO 30MM: Cadeado linha tradicional 30 mm; Corpo em latão maciço com haste em aço; materiais empregados: Aço inox e materiais não ferrosos; acompanha 02 chaves em latão.	Unidade	10	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
42	CADEADO 50MM: Cadeado linha tradicional 50 mm; Corpo em latão maciço com haste em aço; materiais empregados: Aço inox e materiais não ferrosos; acompanha 02 chaves em latão	Unidade	15	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
43	GARRAFÃO PARA ÁGUA MINERAL. Garrafão para água mineral: capacidade de 20 litros; material: garrações em Polipropileno (PP).	Unidade	190	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA



**Ministério da  
Fazenda**



	Policarbonato (PC) e Polietileno Tereftalato (PET); vazio; transparente; retornável; de acordo com a NBR 14222/14328.			Luís/MA
<b>44</b>	Extensão de 10m X 4mm, com 05 tomadas tipo régua, 220V de tensão, saída igual a tensão de entrada.	Unidade	30	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA
<b>45</b>	Filtro de linha, 110/220 V, 1.500 W, 10 A, 6 tomadas com 3 pinos tipo fêmea com aterramento, com chave ON/OFF, fusíveis e LED indicador, de no mínimo 5 metros.	Unidade	30	DRF/SLS - Rua Osvaldo Cruz, 1618, Centro – CEP 65.020-902 – São Luís/MA

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo improrrogável, na forma do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

## **2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## **5 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

5.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

5.2 De modo geral, orienta o art. 3º da Lei nº 8.666, que o processo licitatório destina-se a garantir, dentre outras, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, por meio das contratações realizadas pela Administração Pública Federal.

5.2.1 De acordo com o Decreto Nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º supracitado, consideram-se critérios e práticas sustentáveis, entre outros:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

e



Ministério da  
Fazenda



VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

5.3 A comprovação das exigências apresentadas poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada.

5.3.1 Na ausência da certificação pelos meios especificados no subitem acima, a comprovação poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos.

5.3.1.1 Durante o prazo de vigência contratual, a Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem quanto às exigências do instrumento convocatório.

## 6 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da Ordem de Fornecimento, após a emissão da Nota de Empenho, em remessa única, nos endereços constantes no subitem 1.1.1.

6.2 Os prazos poderão ser prorrogados por até 30 dias, a critério da contratante. O pedido de prorrogação do prazo de entrega, se necessário, deverá ser dirigido ao Órgão/Unidade que emitiu a Nota de Empenho, dentro do prazo de entrega inicialmente previsto.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



Ministério da  
Fazenda



7.2A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7 promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

## 9 DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 10 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



Ministério da  
Fazenda



## 11 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12 DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.3.2 **As notas fiscais para pagamento deverão ser emitidas em nome da Unidade que emitir a Ordem de Fornecimento.**

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,





Ministério da  
Fazenda



Receita Federal

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### 13 DO REAJUSTE



Ministério da  
Fazenda



13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2 As contratações decorrentes de Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei 8.666/1993 e no Decreto 7.892/2013 e suas alterações.

13.3 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice *IPCA* (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1 Trata-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos por meio de Ata de Registro de Preços, dos quais não resultam obrigações futuras.

14.1.2 O pagamento está condicionado à entrega e aceitação definitiva dos materiais, segundo as regras deste Termo de Referência.

## 15 A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.



Ministério da  
Fazenda



15.2 Referido prazo visa assegurar que os referidos itens estejam livres de vícios ou defeitos de produção ocultos. A substituição deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da entrega/devolução do produto, às expensas do licitante.

15.3 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

## 16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 1.a falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 1.b ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 1.c fraudar na execução do contrato;
- 1.d comportar-se de modo inidôneo; ou
- 1.e cometer fraude fiscal.

16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a.i **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**a.ii Multa:**

- ii.1 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii.2 compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

a.iii **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

a.iv **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

a.v **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 16.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



Ministério da  
Fazenda



16.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 17 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



Ministério da  
Fazenda



17.3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**17.3.1.1.1** Materiais de consumo/expediente.

17.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1.1 *Valor Global: conforme valores da planilha constante no item 1.1.*

17.4.1.2 *Valores unitários: conforme valores da planilha constante no item 1.1.*

17.4.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

17.4.3 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **18 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

18.1 *O custo estimado da contratação é de R\$ 209.801,20 (duzentos e nove mil, oitocentos e um reais e vinte centavos).*

## **19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

19.1 *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

### **Equipe de Planejamento da Contratação:**

PORTARIA SRRF03 nº 346, de 22 de maio de 2023.

*Assinatura digital*

CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO

Mat. Siape 2118634

Analista Técnico-Administrativo/ME

*Assinatura digital*

IVSON PORDEUS GOMES

Mat. Siape 1719876

Assistente Técnico-Administrativo/ME

*Assinatura digital*

JOÃO LUÍS SILVA PINHEIRO

Mat. Siape 1235239

Empregado SERPRO

*Assinatura digital*

FRANCISCO EVANDRO CAVALCANTE DE MACEDO

Mat. Siape 3283631

Requisitado



**Ministério da Fazenda**

**PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

**Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 03/07/2023 14:53:53 por Joao Luis Silva Pinheiro.

Documento assinado digitalmente em 03/07/2023 14:53:53 por JOAO LUIS SILVA PINHEIRO, Documento assinado digitalmente em 03/07/2023 13:48:04 por FRANCISCO EVANDRO CAVALCANTE DE MACEDO, Documento assinado digitalmente em 03/07/2023 11:10:28 por IVSON PORDEUS GOMES e Documento assinado digitalmente em 03/07/2023 11:04:39 por CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO.

Esta cópia / impressão foi realizada por CAROLINA TEIXEIRA DE AQUINO em 13/07/2023.

**Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP13.0723.09403.0JDU**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**DF9EDD3706167E889E71938691CD34E7C5195EA7044B52ABC03EBD98AA4F55DA**